

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 349

**UM LUGAR, UM TEMPO E UM SISTEMA DE ECONOMIA:
ENSAIO INTERPRETATIVO SOBRE O SURGIMENTO DO INSTITUCIONALISMO
NORTE-AMERICANO DE THORSTEIN VEBLEN**

Marco Antonio Ribas Cavalieri

Março de 2009

Ficha catalográfica

330.15 Cavalieri, Marco Antonio Ribas.
C3761 Um lugar, um tempo e um sistema de economia:
2009 ensaio interpretativo sobre o surgimento do
institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen /
Marco Antonio Ribas Cavalieri. - Belo Horizonte:
UFMG/Cedeplar, 2009.

27p. (Texto para discussão ; 349)

1. Veblen, Thorstein, 1857-1929. 2. Economia –História.
I. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional. II. Título.
III. Série.

CDD

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**UM LUGAR, UM TEMPO E UM SISTEMA DE ECONOMIA:
ENSAIO INTERPRETATIVO SOBRE O SURGIMENTO DO INSTITUCIONALISMO
NORTE-AMERICANO DE THORSTEIN VEBLEN**

Marco Antonio Ribas Cavalieri

Doutor em Economia pelo Cedeplar/UFMG,
membro do Grupo de Pesquisa em Economia Política Contemporânea do
Cedeplar/UFMG e professor da PUC-PR.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2009**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O PROGRAMA FORTE DE SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	7
3. VEBLEN_C, VEBLEN_T, VEBLEN_A E A ANTITELEOLOGIA DA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA DE THORSTEIN VEBLEN	8
A Crítica da Economia Política em Veblen _c e sua mais Importante Diretriz Metodológica.....	10
A Ciência Pós-Darwinista de Veblen _t	12
A Aplicação do Sistema Não-Teleológico em Veblen _a	15
4. O SISTEMA DE ECONOMIA ANTITELEOLÓGICO DE VEBLEN E A EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA CONSERVADORA-REFORMISTA NOS ESTADOS UNIDOS	18
O Nascimento da Dicotomia Política Norte- Americana	18
A Mudança dos “Meios” entre Conservadores e Reformistas	20
O Sistema de Economia de Thorstein Veblen e a Inversão dos “Meios” de Conservadores e Reformistas	24
5. CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

RESUMO

O presente texto pretende oferecer uma análise particular da obra de Thorstein Veblen, na qual se identifica uma idéia central que a rege: o antiteleologismo. Em adição a isso, também como objetivo central, analisa-se o sistema de economia institucionalista vebleniano com vistas a relacionar seu princípio nuclear, o antiteleologismo, com a evolução da dicotomia político-ideológica norte-americana entre reformistas e conservadores. Para isso, recorre-se a uma justificativa epistemológica embasada nos argumentos do Programa Forte de Sociologia da Ciência, os quais sugerem a existência de relações de causa e efeito entre os contextos sociais e as estruturas das teorias científicas. Diante disso, é possível avançar uma sugestão de sentido geral para o sistema de economia institucionalista de Thorstein Veblen.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico, Thorstein Veblen, Institucionalismo norte-americano.

ABSTRACT

This paper intends to present a particular analysis of Thorstein Veblen's work. In this fashion, we have identified a central idea that commands his oeuvre: the *non-teleologism*. In addition, as a another central objective, the study pretends to establish a relationship between this hard core principle and the evolution of the ideological and political dichotomy between conservatism and reformism through United States history. For accomplish that, we use an epistemological justification that stands on the Strong Programme of Sociology of Science arguments. They suggest a relation, in a cause and consequence way, connecting the social context and the structures of scientific theories. Finally, this allows the suggestion of a general meaning for the Thorstein Veblen's system of institutional economics.

Key- Words: History of Economic Thought, Thorstein Veblen, American Institutionalism.

1. INTRODUÇÃO

Eu morava em West Egg, o... bem, o menos elegante dos dois, embora este seja um rótulo sumamente superficial para exprimir o contraste bizarro - e que não deixava de ser, de certo modo, sinistro - existente entre ambos. Minha casa ficava bem na ponta do ovo, a somente cinqüenta jardas de distância do Estreito, espremida entre duas enormes mansões, cujo aluguel, durante a estação, variava entre doze e quinze mil dólares. A da direita era colossal, comparada a qualquer construção do mesmo gênero: tratava-se, com efeito, de uma imitação de algum hotel de ville da Normandia, com uma torre ao lado esplendidamente nova sob o seu tênue revestimento de hera, uma piscina de mármore e mais de quarenta acres de relvados e jardins. Era a mansão de Gatsby. Ou melhor, como eu não conhecia o Sr. Gatsby, era uma mansão habitada por um cavalheiro desse nome. Quanto à minha casa, era uma monstruosidade, mas uma monstruosidade insignificante, e, assim, fora deixada no esquecimento, de modo que eu desfrutava de uma paisagem parcial proporcionada pelos relvados do meu vizinho e da consoladora proximidade de milionários - tudo isso por oitenta dólares mensais (Fitzgerald, 2007).

Poucos tempos foram mais profícuos para a literatura norte-americana – assim como para a vida material, ao menos para os afluentes - do que os fins do século XIX e o início do XX. Aliás, a produção de um texto com a qualidade narrativa de *O Grande Gatsby*, obra-prima de Francis Scott Fitzgerald, não se faz sem figuras que marcam indelevelmente os autores e os leitores. E, definitivamente, quem viveu como ele, entre os anos de 1896 e 1940, não poderia deixar de se impressionar com a tônica que marcou milhares de páginas, de ficção e de outros gêneros, nos Estados Unidos do *postbellum*¹: a fluência e a desigualdade que surgiam como nunca antes vistas na sociedade norte-americana. Nick Carraway – o confuso narrador do romance – oferece o tempo todo, durante sua narrativa, extraordinárias representações da disparidade entre a vida dos americanos de classe média e os novos ricos, que amealhavam fortunas sem precedentes naqueles tempos de rumor e agitação. *O Grande Gatsby*, assim como outras obras ficcionais da época, apresenta exemplares ícones de ostentação, desperdício, dedicação a futilidades diversas, protocolos de comportamento e outros símbolos típicos da época na qual os Estados Unidos se tornaram o país mais rico do mundo. Nesse sentido, para um texto que fala sobre Thorstein Veblen, as festas do milionário anfitrião absenteísta do romance, que renderam no cinema o Oscar de melhor *figurino* para o roteiro adaptado de Francis Ford Coppola, podem encaixar-se perfeitamente como as ilustrações de outra obra-prima daqueles idos: *A Teoria da Classe Ociosa*.

A intenção deste texto é fornecer uma leitura particular da obra de Thorstein Veblen. Argumenta-se que a economia institucionalista surgida nos Estados Unidos da passagem do século XIX para o XX, mais do que servir de contraponto aos interesses de uma economia política conservadora, reflete, nos seus princípios metodológicos, e em especial num deles, a evolução histórica da dicotomia política-ideológica norte-americana. E, em conjunto com esta tarefa mais central, apresenta-se um entendimento também particular da obra de Veblen como um todo, articulada essencialmente em três partes. Pretende-se mostrar Veblen como o construtor de um sistema de

¹ *Antebellum* e *Postbellum* são duas expressões muito utilizadas na historiografia norte-americana para se fazer referência aos períodos anterior e posterior à Guerra de Secessão, respectivamente.

economia que tinha por princípio metodológico chefe o estabelecimento de análises precipuamente anteleológicas.

Este tipo de abordagem almeja retomar uma temática que ficou um pouco esquecida, em tempos recentes, nos estudos sobre Thorstein Veblen. Trabalhos mais antigos, como a monumental biografia *Thorstein Veblen and his America*, de Joseph Dorfman (1947), e a interpretação filosoficamente inclinada de Stanley Daugert (1950) procuravam colocar o pensamento do patrono do institucionalismo em seu ambiente histórico. Em contraste com isso, os analistas atuais, como Rick Tilman (2007) e Geoffrey Hodgson (2004) revelam uma maior preocupação com a (re)construção de um programa de pesquisa institucionalista a partir das concepções metodológicas veblenianas.

O texto, para cumprir os objetivos alinhavados acima, está organizado da seguinte maneira. Na próxima seção coloca-se uma brevíssima descrição dos princípios da epistemologia do Programa Forte de Sociologia da Ciência, que se pretende como justificativa metodológica para o argumento fundamental do texto. Segue-se a apresentação da interpretação mais geral da obra vebleniana, dividida especialmente em três partes que se relacionam para formar um todo coerente. Na quarta parte faz-se uma pequena síntese da evolução da dicotomia política norte-americana, mormente da sua transformação mais importante para o que se quer defender neste texto. Na mesma seção propõe-se a tese nuclear do estudo. Finalmente, traçam-se algumas conclusões.

2. O PROGRAMA FORTE DE SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

A mais importante proposição do Programa Forte de Sociologia da Ciência (PFSC) exige, para qualquer análise sobre a ciência, que se extrapolem os limites do campo científico objeto do estudo e, mais ainda, de um programa de pesquisa em particular. O PFSC tem como princípio central assumir que existe uma relação de causalidade entre o contexto social e a estrutura das metodologias e teorias científicas. Entretanto, de modo algum, e este é um ponto no qual os autores que defendem o PFSC põem ênfase, a causalidade entre o contexto social e a ciência deve ser entendida como determinante último das estruturas das metodologias e teorias científicas. Os fatores sociais nunca podem ser encarados como dados definitivos, muito menos exclusivos, eles são uma parte do problema, fornecem um ponto de vista que para ser cada vez mais completo deve incorporar variáveis para além das puramente sociais². Assim sendo, a sugestão dos proponentes do PFSC é embasada na idéia de que a sociologia, sendo uma ciência que analisa uma pletora de aspectos da sociedade, tais como a religião e a cultura, a política e os movimentos sociais, legitima-se, também, para estudar a ciência a partir do seu próprio ponto de vista (Bloor, 1991, p. 4).

Um dos melhores resumos sobre as intenções de uma pesquisa baseada nas idéias do PFSC encontra-se no livro de Steven Shapin e Simon Schaffer (1985), que trata de um debate da física do século XVII que envolveu Thomas Hobbes (1588-1979) e Robert Boyle (1627-1691). Shapin e Schaffer (1985, p. 14) marcam, em relação à abordagem que utilizam:

² David BLOOR (1991, p. 7), considerado o fundador do PFSC com seu trabalho *Knowledge and Social Imagery*, publicado pela primeira vez na década de 1970, sustenta : "...Naturalmente, existirão outros tipos de causas, além das sociais, que irão cooperar para trazer as crenças."

Nós deveremos estar intermitentemente preocupados com colocações verbais explícitas sobre como os filósofos³ deveriam conduzir a si mesmos, *mas estas colocações sobre o método estarão invariavelmente sendo analisadas em relação ao cenário específico no qual foram produzidas, em termos dos propósitos daqueles que as faziam, e em referência às práticas reais da ciência daquele tempo.* (...) Mais ainda, nós deveremos nos engajar em expandir nossas usuais apreciações do que é o método científico e de como ele se relaciona com os procedimentos intelectuais em outras áreas da cultura na sociedade expandida. *Uma via pela qual nós iremos tentar fazer isso é situar o método científico, e as controvérsias sobre ele, num contexto social.* (...)

...Entretanto, nós também queremos dizer algo mais quando utilizamos o termo “contexto social”. Nós tencionamos mostrar o método científico *como a cristalização de formas de organização social* e um meio de regular a interação dentro da comunidade científica⁴.

Exatamente no mesmo sentido, David Bloor, quando trata da oposição entre as filosofias da ciência de Karl Popper (1902-1994) e Thomas Kuhn (1922-1996), uma controvérsia contemporânea do ambiente de guerra fria do século XX, procura ventilar o porquê das ideologias políticas refletirem-se no pensamento científico:

A oposição ideológica é amplamente difundida pela nossa cultura. É um padrão repetido e proeminente, então qualquer pessoa que reflita irá encontrá-la – seja lendo livros de história, romances ou jornais, ou respondendo à retórica dos políticos. (...)

As ideologias sociais são tão ubíquas que são uma explicação óbvia do porquê nossos conceitos possuem as estruturas que possuem. Ainda, o emprego tácito destas ideologias como metáforas poderiam ser vistas como quase impossíveis de se evitar. (...). Elas estarão inconscientemente misturadas no âmago das idéias com as quais nós temos que pensar. (Bloor, 1991, p. 76).

É absolutamente impossível reproduzir e estender aqui a discussão sobre a legitimidade ou não do PFSC. Aliás, esta nem poderia ser a intenção de um trabalho mais preocupado com a história do pensamento econômico. Como disseram Shapin e Schaffer (1985, p. 15), no início de seu estudo: “Alguém tem a opção de debater sobre a possibilidade da sociologia do conhecimento, ou alguém pode encarar o trabalho de fazer a coisa. Nós escolhemos a última alternativa.”

3. VEBLEN_C, VEBLEN_T, VEBLEN_A E A ANTITELEOLOGIA DA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA DE THORSTEIN VEBLEN

Entre 1892 e 1904 Thorstein Veblen esteve lotado no Departamento de Economia da Universidade de Chicago⁵. Lá, aos quarenta e dois anos de idade, em 1899, ele publicou *A Teoria da*

³ No século XVII os dois personagens do livro de Shapin e Schaffer, hoje chamados de físicos, responderiam pelo nome de filósofos naturais.

⁴ Grifos nossos.

⁵ Thorstein Veblen, filho de imigrantes noruegueses, nasceu em Cato, Wisconsin, em 1857. Faleceu em 1929.

Classe Ociosa (TCO), um livro para o qual a editora MacMillian exigiu uma garantia financeira pessoal. Recebida com condenação veemente pelos conservadores, ela foi um sucesso imediato entre os iconoclastas. Veblen havia se tornado “o Deus de todos os radicais” (Dorfman, 1947, p. 196)⁶. A *TCO* foi o primeiro livro de Thorstein Veblen, mas escrito por um intelectual já bastante maduro. Assim, é possível perceber, desde antes da *TCO* e ao longo de suas publicações posteriores, uma grande coerência metodológica e de conteúdo. Nesta linha, o que se propõe aqui é separar o todo de uma obra coerente em três partes que se articulam para erigir um sistema de economia, o qual se pretendia uma alternativa a todas as escolas de pensamento econômico que o precederam.

Nessa esteira, chama-se, aqui, de Veblen_c o autor de vários artigos de crítica às idéias econômicas, que vão desde a fundação da ciência com os fisiocratas e Adam Smith até os contemporâneos de Veblen, como os historicistas alemães e os neoclássicos. Os textos nos quais encontra-se o Veblen_c são quase a totalidade dos contidos na coletânea *The Place of Science in Modern Civilisation* e alguns dos encontrados em *Essays in Our Changing Order*⁷. O Veblen_t é o economista do sistema metodológico-teórico, aquele que procurou cumprir os preceitos colocados por Veblen_c nas críticas das economias políticas de outros autores. No que tange ao sistema teórico, deve-se marcar que na *TCO* muitas das diretrizes metodológicas da economia institucionalista de Thorstein Veblen já estavam colocadas, contudo, sua forma mais acabada e clara apareceria num livro de 1914, *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts (TIWO)*, o qual o próprio autor considerava sua obra mais importante⁸ (Dorfman, 1947, p. 324). Finalmente, Veblen_a é o autor da aplicação do arcabouço institucionalista aos mais diversos assuntos. A maior parte da obra vebleniana é esta. Pode-se enxergar mesmo a *TCO* como uma utilização do sistema mais geral para analisar o surgimento da instituição que dá título ao livro. Outro importante estudo de Veblen_a é *The Theory of Business Enterprise*, publicado em 1904, e que se dedica a formular, sempre com base naquelas diretrizes metodológicas mais gerais, uma teoria dos ciclos econômicos no capitalismo e um estudo do efeito da tremenda importância das máquinas, como cerne da produção moderna, sobre outros aspectos da sociedade. Sua última publicação em forma de livro, *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times*, de 1924, é uma aguda análise das instituições de seu país natal, na qual Veblen_a não mediu palavras para criticar as bases sobre as quais a sociedade norte-americana foi construída⁹.

Seja, então, uma breve síntese dos mais importantes aspectos de cada uma das partes do pensamento vebleniano e suas articulações.

⁶ William Dean Howells (1837-1920), por exemplo, famoso escritor e partidário do reformismo, dedicou dois editoriais, em dois números da revista da qual era editor, a *Literature*, para elogiar Veblen. Lester Ward (1841-1913), considerado pai da sociologia norte-americana e um professor muito famoso à época, também recebeu com enaltecimentos o lançamento de Veblen. Mesmo o conservador reitor de Chicago, William Harper (1856-1906), imbuído da tarefa de tornar a universidade uma referência em publicações e pesquisa, foi obrigado a reconhecer que o livro de Veblen, e sua repercussão, cumpriam tal objetivo (Jorgensen, Jorgensen, 1999, p. 34).

⁷ As obras de Veblen citadas aqui fazem referência à coleção *The Collected Works of Thorstein Veblen*, relançada em 2004 pela *Routledge/Thoemes Press*. As referências no corpo do texto trazem a data da publicação original dos artigos e livros entre colchetes.

⁸ *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts* reúne, numa forma metódica, o material que Veblen usava para ministrar a sua famosa disciplina *Economic Factors in Civilization*. O primeiro capítulo do livro é uma excelente e clara exposição da concepção do sistema de economia vebleniano.

⁹ Thorstein Veblen ainda analisou o ensino superior nos Estados Unidos em *The Higher Learning in America* (1918), as relações internacionais e as diferenças entre o capitalismo norte-americano e o alemão, respectivamente, em *An Inquiry into Peace and Terms of Its Perpetuation* (1917) e *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (1915), isso entre outros assuntos temas de vários artigos publicados durante sua carreira.

A Crítica da Economia Política em Veblen, e sua mais Importante Diretriz Metodológica

Durante os primeiros anos como professor em Chicago, de acordo com Geoffrey Hodgson (2004, p. 131), Thorstein Veblen publicou dezessete resenhas críticas, dentre as quais onze foram dedicadas às obras de Marx e de socialistas. Leon Ardzrooni, por sua vez, elaborou outra lista de resenhas publicadas pelo fundador do institucionalismo, a qual contempla análises de autores como Werner Sombart (1863-1941) e Gustav Schmoller (1838-1917) (Adzrooni, 2004). No entanto, mais do que considerações sobre obras específicas, Thorstein Veblen dedicou-se sistematicamente à crítica das escolas de economia em vários artigos que vieram a público entre 1892 e 1909. Os clássicos - especialmente Smith - e seus predecessores fisiocratas foram o objeto central de uma série publicada no *Quarterly Journal of Economics*, nos anos de 1899 e 1900¹⁰. Marx mereceu uma análise concernente à sua teoria econômica propriamente dita em dois textos de 1906 e 1907, no mesmo periódico no qual haviam sido publicadas àquelas referentes aos clássicos e aos fisiocratas¹¹. O historicismo alemão, nomeadamente o trabalho de Gustav Schmoller, também no *Quarterly*, ocupou um outro artigo de 1901. Em 1909, quando Veblen não estava mais em Chicago, o *Journal of Political Economy* publicou *The Limitations of Marginal Utility*¹².

Mesmo em vista de todos estes trabalhos, pode-se dizer que um texto de 1898 resumiu de maneira abrangente o grande argumento crítico vebleniano. No bastante citado *Why Is Economics not an Evolutionary Science?* Veblen separou a ciência em geral, sobretudo a economia, em duas fases. A primeira seria aquela que congrega todas as escolas de economia anteriores ao seu próprio trabalho. Clássicos e neoclássicos, marxistas e historicistas foram rotulados pelo autor da *TCO* como parte da ciência *pré-darwinista*. Thorstein Veblen identificava um grande defeito em todos os pensamentos econômicos que poderiam ser classificados sob este nome: *a presença de teleologia*. Comentando tanto sobre a ciência natural antes de Charles Darwin (1809-1882), quanto em relação à economia, ele dizia:

Para os cientistas naturais precedentes, assim como para os economistas clássicos, esse fundamento de causa e efeito não é definitivo. Seu senso de verdade e substancialidade não é satisfeito com uma formulação de seqüência mecânica. O último termo em sua sistematização de conhecimento é uma “lei natural”. Tem-se a impressão de que essa lei natural exercita um tipo de vigilância coerciva sobre a seqüência de eventos, dando estabilidade espiritual e consistência à relação causal em qualquer conjuntura dada. Para conhecer a alta exigência clássica, uma seqüência – e um processo desenvolvimentista principalmente – deve ser apreendida em termos de uma propensão consistente, tendente a algum fim espiritual legítimo. Quando fatos e eventos são reduzidos a esses termos de verdade fundamental e ajustados às exigências de uma normalidade definitiva, o investigador se dá por satisfeito (Veblen, [1898] 2004a, p. 61).

¹⁰ *The Preconceptions of Economic Science I, II e III.*

¹¹ O socialismo já havia sido objeto de um artigo de Veblen de 1892, no qual ele preocupou-se mais com uma crítica a Spencer e com as implicações políticas dos movimentos socialistas da época. A economia política de Marx foi analisada em *The Socialist Economics of Karl Marx I e II.*

¹² Durante o tempo em que esteve em Chicago, Thorstein Veblen foi o editor do *Journal of Political Economy.*

Mas, embora Veblen identificasse esta marca comum, cada uma das escolas de economia foi também analisada em suas idiosincrasias. Os fisiocratas e Smith foram colocados em seu contexto histórico, anterior à revolução industrial, no qual Veblen afirmou que a inclinação *animística*, ou seja, a tendência intelectual de imputar propósitos a objetos inanimados - como ao próprio sistema econômico - estaria muito em voga. Isso aconteceria em decorrência das influências da natureza do processo produtivo artesanal, no qual o contato entre o homem e o objeto de seu trabalho seria muito mais imediato do que na sociedade de fins do século XIX, dominada pela presença das máquinas como núcleo do processo produtivo (Veblen, [1899] 2004a, p. 100).

Marx, por sua vez, teria elaborado um sistema de economia com uma invejável coerência interna, todavia, um fim determinado estaria contido desde as premissas dialéticas, teleológicas por excelência (Veblen, [1906] 2004a, p. 413-414). Já os neoclássicos foram criticados em relação, principalmente, à sua concepção de psicologia humana hedonista. Pretendendo mostrar o mundo das trocas pecuniárias, isto é, a sociedade na qual a produtividade subordinar-se-ia ao ganho pecuniário, com o objetivo de legitimar seus resultados em termos de bem-estar social - pois obtidos a partir de uma gramática de trocas voluntárias - os neoclássicos inseriam uma psicologia específica para os agentes econômicos como fundamento de sua teoria. Esta natureza dos indivíduos resultava num tipo especial de harmonia social, na qual a compatibilização entre interesses individuais e coletivos era um resultado óbvio. Thorstein Veblen, então, sustentava que a psicologia hedonista imposta aos agentes econômicos era uma suposição calculadamente inserida aprioristicamente no sistema marginalista. O principal erro seria, de fato, conferir à natureza humana uma forma particular, sem considerar acerca da verossimilhança das suas hipóteses com o desenvolvimento antropológico do homem.

Por fim, Schmoller, como representante do historicismo alemão, foi primeiramente elogiado por “quase” atingir o ideal de uma economia darwinista, o que, no entanto, teria sido abandonado quando suas análises chegavam aos tempos contemporâneos (Veblen, [1901] 2004a, p. 264-265, 269). Neste ponto, segundo Veblen, o alemão descambava simplesmente para justificativas conservadoras sobre o *status quo* da sociedade germânica de seu tempo. O analista dizia que Schmoller pecava justamente “nesse estágio que uma teoria genética da vida econômica mais necessita de orientação da mão firme, treinada e não passional do seu mestre.” (Veblen, [1901] 2004a, p. 270). Vale notar, que o reconhecimento de Veblen em relação ao trabalho de Schmoller se deu por conta principalmente da inclusão, por parte do alemão, de análises etnográficas e culturais, que necessariamente se imbricavam com os aspectos mais puramente econômicos (Veblen, [1901] 2004a, p. 266).

Afinal, a crítica de Veblen à economia política concentrou-se em destacar que o pensamento dos autores pré-darwinistas incorria, inescapavelmente, no erro de imputar fins pré-determinados aos processos de causa e efeito de seus sistemas econômicos. Deste modo, uma grande definição do que Veblen pretendia como ciência pós-darwinista, em que pesem as dificuldades da sua escrita de estilo bastante pessoal, pode ser encontrada no seguinte excerto:

Os grandes desertos dos líderes evolucionistas – se é que eles têm grandes desertos como líderes – repousam, por um lado, na sua recusa em retrair-se de uma sequência não animística (*colorless sequence*) de fenômenos e buscar mais altos padrões para suas sínteses últimas, e, por outro, em ter mostrado como esta sequência não animística e impessoal de causa e efeito pode ser utilizada para a teoria propriamente dita, pela qualidade de seu caráter cumulativo (Veblen, [1898] 2004a, p. 61).

Thorstein Veblen, desse modo, deseja não somente uma ciência econômica calcada em princípios que não confinassem os processos causais às conclusões de tipo teleológico, mas que também engendrassem processos não-teleológicos a partir de um conjunto de categorias e relações entre elas.

A Ciência Pós-Darwinista de Veblen,

O sistema de economia de Veblen, é articulado através de duas categorias fundamentais, os *instintos* e as *instituições*. Thorstein Veblen, logo, definia: "... '*instinto*', no sentido estreito e especial ao qual parece desejável reduzir o termo para o presente uso, denota a busca consciente de um fim objetivo tornado digno de valor pelo instinto em questão." (Veblen, [1914] 2004b, p. 5). Ele seria como uma propensão natural a perseguir um fim determinado. E, sendo assim, os instintos seriam uma característica mais biológica, ou em outras palavras, transmitida geneticamente e, por isso, selecionada ao longo da evolução, isso mais do que algo inerentemente social.

As instituições sim seriam uma categoria social. Os instintos, apesar de apontarem para um fim, não determinariam univocamente uma série de ações consecutivas que deveriam ser tomadas com a finalidade de atingir seu cumprimento. O conjunto das ações a serem tomadas para se chegar a um fim ditado por alguma propensão instintiva seria uma questão de deliberação humana, do uso da inteligência portanto. E mais:

Quanto mais alto o grau de inteligência e quanto maior o corpo de conhecimento disponível atualmente em qualquer comunidade, mais extensiva e elaborada será a lógica dos caminhos e meios interpostos entre esses impulsos [propensões instintivas] e sua realização, e mais multifacetado e complicado será o aparato de conveniências e recursos empregados para acompanhar tais fins, os quais são instintivamente dignos de valor (Veblen, [1914] 2004b, p. 6).

Uma coleção de ações que se estabelece como um caminho recorrentemente utilizado pelos indivíduos para a consecução de uma inclinação instintiva, em Veblen, leva o nome de *hábito*. Estes hábitos poderiam se institucionalizar, isto é, transformarem-se em *instituições*. A passagem do nível dos hábitos para o das instituições parece ser, assim, uma questão de transformações cumulativas que levariam a uma transformação categorial. Veja-se isso na seguinte passagem de Veblen ([1914] 2004b, p. 7):

Sob a disciplina da habituação, essa lógica e aparato de caminhos e meios são classificados em linhas convencionais, adquirem a consistência de costume e prescrição, e então tomam um caráter e força institucionais. Os caminhos habituais de agir e pensar não somente se tornam uma questão habitual de decurso fácil e óbvia, porém do mesmo modo eles vêm a ser sancionados pela convenção social, e então se tornam corretos e apropriados e originam princípios de conduta. Através do uso eles são incorporados no esquema atual do senso comum. Enquanto elementos do esquema aprovado de conduta e busca, estes caminhos e meios convencionais ocupam o seu lugar na forma de fins aproximados da tarefa.

Assim, quando os hábitos se tornassem, cada vez mais, coletivos, aceitos, os hábitos de pensamento, que nada mais seriam do que idéias corroboradoras de comportamentos, segundo um senso comum, transformariam certos caminhos de conduta em instituições. Os hábitos de pensamento, ou em outras palavras, o senso comum de que determinadas formas de agir são as corretas, fariam os hábitos, que podem ser muitos, sendo categorias muito mais individuais que as instituições, coletivizarem-se e transformarem-se em instituições. Há, nessa linha de raciocínio, em relação às instituições notadamente, um componente de coerção social. O agir de acordo com as instituições prevalecentes tornar-se-ia um critério de valor para a sociedade em questão. Finalmente, ao conjunto de instituições prevalecentes numa determinada sociedade Veblen deu, em *A Teoria da Classe Ociosa*, o nome de Esquema ou Teoria de Vida (Veblen, [1899] 2004c, p. 190).

Definidas estas duas categorias essenciais, é mister analisar como elas se relacionam no sistema de economia vebleniano. E é justamente na interação entre instintos e instituições, entre hábitos, ações e instintos, entre os próprios instintos e as próprias instituições que reside o caráter antiteleológico da teoria econômica vebleniana.

O mais importante a respeito das instituições seria o fato de que elas podem se tornar fins em si mesmas. Cada conjunto de ações que visasse o cumprimento de alguma inclinação instintiva poderia dar nascimento a hábitos e, caso estes se tornassem cada vez mais aceitos como princípios de conduta, eles se transformariam em instituições. Contudo, não há algo como uma “adequação ótima” entre o conjunto de ações que se institucionalizaria e a perseguição da propensão instintiva. As ações-meio que formariam os hábitos e, por conseguinte, as instituições não seriam resultados de uma deliberação que miraria um ajuste ótimo entre fins e meios. Elas seriam produtos de processos cumulativos, de interações com outros hábitos e instituições, de conflitos entre fins e de mecanismos sociais que os selecionariam como os mais corretos, no entanto sem nenhuma garantia de que uma coleção específica de ações fosse a melhor forma de mediação em direção aos objetivos colocados pelos instintos. Thorstein Veblen ([1914] 2004b, p. 6-7) explica:

O aparato de caminhos e meios (...) é ele todo, substancialmente, uma questão de uma tradição advinda do passado, um legado de hábitos de pensamento acumulado através da experiência de gerações passadas. De modo que a maneira, e em grande grau, a medida na qual o fim instintivo da vida é elaborado sob qualquer situação cultural, é algo rigorosamente condicionado por esses elementos do hábito, os quais são classificados como um esquema de vida aceito. As proclividades instintivas são essencialmente simples e visam diretamente alcançar algum fim concretamente objetivo; nos detalhes, porém, os fins aspirados são muitos e diversos, e os caminhos e meios pelos quais eles podem ser aspirados são de igual maneira diversos e variados, e envolvem infindáveis recorrências a oportunidades, adaptações e ajustes concessivos entre as diversas proclividades urgentes o bastante.

Destarte, nesse tipo de visão vebleniana, se vislumbra uma clara inserção de princípio metodológico antiteleológico. Se as ações habituais e institucionalizadas, especialmente estas últimas, poderiam tornar-se fins em si mesmas - a despeito das inclinações mais basilares dos homens, os instintos – então, no nível social, onde ocorreria algo como uma seleção de instituições, abrir-se-ia uma possibilidade para que determinada sociedade encare a valoração de algum tipo de ação particular, de acordo com alguma instituição, como algo tão fundamental quanto as inclinações instintivas. São exatamente meios se tornando fins.

Dentro de sua teoria, Veblen identificava quatro instintos fundamentais. O primeiro seria o “instinto do trabalho eficaz” (*instinct of workmanship*). Apesar de esta inclinação ter sido o objeto principal do seu livro de 1914, Veblen já havia publicado um artigo tratando do tema e definindo o instinto do trabalho eficaz em 1898¹³. Sua idéia era mostrar que a “antipatia convencional ao esforço útil”, hipótese típica da economia tradicional, não se coadunaria com a sobrevivência da espécie humana. A aversão ao trabalho seria, então, uma convenção, uma instituição, algo que teria surgido como resultado cumulativo da operação da institucionalização de hábitos (Veblen, [1898] 2004d, p. 81). O segundo instinto definido por Veblen seria a “inclinação paternal” (*parental bent*). Se o instinto do trabalho eficaz seria uma necessidade para a sobrevivência do indivíduo, levando os mais dotados com esta inclinação a sobreviverem durante o processo de seleção natural, a inclinação paternal seria o instinto que lidaria com a sobrevivência da espécie, do grupo como unidade biológica de seleção. De tal modo, Veblen ([1914] 2004b, p. 26-27) fez questão de ressaltar que o instinto da inclinação paternal não seria apenas a propensão humana para cuidar da própria prole, pois o homem, dotado da inclinação paternal, teria um senso de preocupação com as gerações vindouras, como uma solidariedade intergeracional.

Quase que em oposição às duas primeiras propensões, com significados bastante positivos e construtivos, Veblen falou de um “instinto predatório” (*predatory instinct*). Esta inclinação foi a mais fracamente definida e analisada pelo autor da *TIWO*. Na *TCO* Veblen discorreu mais claramente sobre o instinto predatório. Sua origem, como bem esclarece Diggins (1999, p. 71), estaria relacionada com o comportamento de competição sexual no âmbito da reprodução (Veblen, [1899] 2004, p. 19). Um último instinto, que foi muito importante na análise que Veblen fez da ciência em *The Place of Science in Modern Civilisation*, publicado em 1906, foi a “curiosidade desinteressada” (*idle curiosity*). Esta inclinação seria a propensão humana para descobrir e conhecer o mundo sem motivações pragmáticas mais específicas. Thorstein Veblen argumentou que os homens não buscam desvendar a natureza, e mesmo as relações sociais, somente motivados pelo uso posterior que, supostamente, tais conhecimentos poderiam produzir. Thorstein Veblen, ainda, procurou demonstrar a curiosidade desinteressada como mais importante para as conquistas tecnológicas e produtivas da humanidade que a busca pragmática do conhecimento.

Dados os instintos básicos, é necessário notar que a antiteleologia da economia vebleniana não está somente no fato de que hábitos ou instituições possam se tornar fins em si mesmos. As influências mútuas entre as motivações geradas pelos próprios instintos poderiam entrar em conflito, como deve ficar muito claro na oposição entre a inclinação parental e o instinto predatório. E, em adição a isso, os instintos ainda teriam a capacidade de “autocontaminar-se”, levando ações que divergissem da perseguição mais pura de seus fins a serem percebidas como direcionadas aos objetivos primordiais das inclinações naturais¹⁴. Veblen ([1914] 2004b, p. 11), sendo assim, marcou esta complexificação na sua teoria:

¹³ O texto, publicado no *American Journal of Sociology*, intitula-se *The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor*.

¹⁴ O segundo capítulo de *TIWO*, que segue a introdução metodológica, buscou mostrar como o animismo, isto é, a inclinação de se imputar finalidades a objetos inanimados, resultaria de uma autocontaminação do instinto do trabalho eficaz. Este é um assunto para a próxima seção.

Na ação instintiva, o indivíduo age em sua totalidade, e na conduta que emerge sob a força dirigente das disposições instintivas, a parte que cada instinto desempenha é mais ou menos, e não exclusivamente, uma questão de direção. Eles devem, portanto, de maneira incontinente, tocar, confundir, sobrepor e interferir, e não podem ser concebidos como agindo em pleno isolamento e independência um do outro.

As instituições, igualmente, como categorias muito menos tenazes que os instintos, em virtude de que se localizariam no âmbito social, e não no biológico, seriam ainda mais capazes de entrar em oposição, de reforçar-se mutuamente, enfim, de interagir produzindo os mais diferentes resultados. Um último e importante ponto seria que o ambiente social, o esquema de vida, poderia ser capaz de afetar as predisposições instintivas, mas nunca com a mesma intensidade, pois a dimensão biológica teria uma tenacidade muito maior. Num nível mais permanente, então, estariam os instintos, transmitidos biologicamente, já noutra esfera, menos indelével, estariam os hábitos e as instituições.

Logo, tomando como premissas os instintos básicos, e estabelecendo relações complexificadas do modo acima descrito, Thorstein Veblen pretendeu dar um caráter eminentemente não teleológico para o seu sistema teórico. Seja ele mais ou menos convincente como esquema explicativo, o fato é que o autor de *TIWO* procurou aplicá-lo à análise de diversos aspectos da vida econômica, e de maneira mais abrangente, da social.

A Aplicação do Sistema Não-Teleológico em Veblen,

Como fica evidente desde o título do livro que Veblen considerava o mais importante da sua carreira, o instinto do trabalho eficaz ocupa um lugar de destaque em sua obra. O segundo capítulo de *TIWO*, nesta linha, já pode ser considerado como uma aplicação daquele sistema teórico delineado na última seção. Ali, o aparecimento do animismo, como uma maneira convencional de se apreender os fenômenos naturais, foi explicado através de uma “autocontaminação do instinto do trabalho eficaz”.

Thorstein Veblen ([1914] 2004b, p. 52-53) definiu o significado do animismo, das tendências antropomórficas na interpretação dos fenômenos, com as seguintes palavras: “O aspecto essencial das concepções antropomórficas, (...), é aquela conduta, mais ou menos totalmente de acordo com a maneira do comportamento humano, imputada aos objetos externos; sejam estes objetos fatos observáveis ou criaturas de fantasias mitológicas.” O autor de *TIWO*, pensando em termos de aumento da produtividade das atividades humanas visando à sobrevivência da espécie e à melhoria das condições de vida, sustentava que esta tendência, em oposição a uma análise “prosaica” (*matter-of-fact*) dos fatos, teria sido “o mais obstrutivo arranjo” que limitava o cumprimento da finalidade do instinto do trabalho eficaz (Veblen, [1914] 2004, p. 52). Ele afirmava que existiriam basicamente duas maneiras de se apreender os fenômenos naturais – e, pode-se dizer, sociais também¹⁵ – o modo antropomórfico ou animista, e o prosaico, materialmente factual. Este último, de acordo com o fundador do institucionalismo, teria sido o grande responsável pelas proficiências e tecnologias

¹⁵ Tanto em *The Place of Science in Modern Civilisation*, bem como em *Why Is Economics not an Evolutionary Science?* (Veblen, [1898, 1906] 2004a), é muito fácil perceber que o velho institucionalista foi um monista metodológico. Isto no sentido em que não enxergava uma clivagem radical entre as ciências naturais, e portanto suas metodologias, e as ciências humanas ou mais especificamente sociais.

produtivas, enquanto o primeiro foi, ao longo da história humana, uma insistente forma de mitigar o avanço técnico (Veblen [1914] 2004b, p. 55). A origem desta inclinação animística, então, residiria no que Veblen nomeia uma “autocontaminação do instinto do trabalho eficaz” (Veblen, [1914] 2004b, p. 52).

Quando Veblen falava em “autocontaminação”, ele estava querendo apontar para o fato de que os usos antropomórficos não só seriam resultados da ubiqüidade do instinto do trabalho eficaz na vida humana, mas também acabariam sendo continuamente reforçados por esta amplitude da presença do instinto em questão. Posto de outro modo, o instinto do trabalho eficaz e as ações que buscam a consecução dos objetivos colocados por esta inclinação básica seriam tão presentes no cotidiano, que se tornaria natural a apreensão de fenômenos inanimados como possuidores de motivações ulteriores. Sendo assim, a possibilidade de autocontaminação de um instinto, no caso especificamente o do trabalho eficaz, inseria mais um elemento antiteleológico no sistema de economia de Veblen. Nesta toada, ele aduziu: “O senso do trabalho eficaz é como todos os outros instintos humanos em relação a que, quando a oportunidade surge, o agente movido por seu impulso não corre somente via uma sequência de ações adequadas ao objetivo instintivo...” (Veblen, [1914] 2004, p. 53).

Entretanto, a autocontaminação é um exemplo extremo de antiteleologismo. Um outro exemplo de aplicação do arcabouço vebleniano pode ser encontrado na sua obra mais famosa, a *TCO*. O surgimento da classe ociosa, uma instituição social, é um processo que demonstra muito bem o uso que Veblen faz do sistema teórico que criou.

A classe ociosa, em definição como instituição, pode ser identificada como a convenção de existir, em várias sociedades, indivíduos cuja principal característica de participação no processo econômico seria a “isenção de todo o trabalho útil” (Veblen, [1899] 2004c, p. 39-40). O desenvolvimento desta instituição deitaria suas raízes em duas outras convenções sociais: a *emulação* e a diferenciação entre tipos de trabalhos diversos. A *emulação* seria o hábito humano do desejo de estima social, de comparar-se ao demais membros da sociedade em termos valorativos, isto é, de obter a aprovação social em termos comparativamente maiores do que os reconhecimentos percebidos em relação aos outros. Ao que tudo indica, a emulação teria aparecido como uma conseqüência do instinto do trabalho eficaz. Aqueles membros da sociedade que fossem os mais produtivos, em decorrência do gosto pelo trabalho útil, pela eficiência, acabariam recebendo a aprovação dos outros membros da sociedade. Contudo, na *TCO*, Veblen indicava que o desejo individual desta aprovação, aumentaria de acordo com o “*temperamento* desta população”, o que pode ser interpretado bem no sentido daquele instinto predatório, que conteria em si um senso puro de competição (Veblen, [1899] 2004c, p. 16). Então, o esforço útil estimado via instinto do trabalho eficaz se transformaria numa estima competitiva, comparativa, em conseqüência da interação com o instinto predatório. Daí que: “Em qualquer comunidade onde tal comparação deletéria [*invidious comparison*] entre pessoas é feita habitualmente, o sucesso visível torna-se uma finalidade procurada devido à sua própria utilidade enquanto fundamento da estima. (...) O resultado é que o instinto de trabalho de eficaz funciona numa demonstração emulativa de força.” (Veblen, [1899] 2004c, p. 15-16).

Força em dois sentidos. Se, primeiramente, as virtudes de força socialmente estimadas seriam aquelas predominantemente de sentido produtivo, numa segunda fase, quando a aparição de um excedente significativo permitisse o afloramento mais pronunciado do instinto predatório, ocorreria

uma importante transformação social na emulação (Veblen, [1899] 2004c, p. 16). As hostilidades entre diferentes sociedades, de acordo com Veblen, teriam iniciado quando a superação da subsistência permitiu o surgimento de uma forma específica de divisão do trabalho. Nesta, alguns membros da sociedade poderiam dedicar-se à captura do excedente de outras comunidades¹⁶. A exploração, o exercício de força sobre outras sociedades mimetizar-se-ia dentro da própria comunidade, e a valoração dos indivíduos em relação à sua predisposição e habilidade para a luta, convencionalmente, tornar-se-ia algo perseguido pelos indivíduos em termos emulativos (Veblen, [1899] 2004c, p. 27-28). Instalada esta instituição, seu desenvolvimento seria a diferenciação dos tipos de trabalho em termos de comparação deletéria. A guerra e o predacionismo passariam a serem vistos como esforços mais nobres, enquanto a performance de trabalho “produtivo” adquiriria um caráter indigno do homem no seu “melhor estado” (Veblen, [1899] 2004c, p. 17).

Duas outras práticas convencionais e corroboradas socialmente, isto é, instituições, surgiriam em consequência desta situação. A primeira teria sido a emulação pecuniária, pois a habilidade para a guerra, gradualmente, começou a ser demonstrada com referência às riquezas capturadas, saqueadas dos inimigos. Foi o início da posse individual, que daria surgimento à propriedade privada¹⁷. Contudo, passo a passo, a aquisição de riquezas via agressão, com o desenvolvimento da indústria, diminuiria sua importância em relação à posse de riquezas em si, fossem elas obtidas por quaisquer meios. Em uma típica demonstração do uso da cumulatividade que leva uma instituição a dar nascimento à outra, Thorstein Veblen ([1899] 2004c, p. 28) descrevia: “Gradualmente, na medida em que a atividade industrial desloca a atividade predatória na vida cotidiana da comunidade e nos hábitos de pensamento dos homens, a propriedade acumulada mais e mais substitui os troféus de exploração predatória como ícones convencionais de prepotência e sucesso.” Disso, aparece destacadamente uma classe de indivíduos de sucesso, ou dito de outro modo, percebidos como tal por serem possuidores de um determinado montante de riqueza acumulada¹⁸. Daí para o surgimento de uma classe ociosa bastaria apenas um outro passo, que claramente residiu na habituação social da percepção do ócio como demonstração emulativa. Aquele membro da sociedade que poderia dedicar-se à isenção de todo o trabalho útil, de maneira da mesma forma gradual, começou a ser objeto da estima convencional dos seus pares. A classe ociosa, que como tal se dedicaria senão ao ócio então às atividades como o governo, a guerra, aos esportes e às observâncias rituais (*devout observances*), estabelecer-se-ia como uma forte instituição na sociedade. Se o acúmulo de riquezas seria uma evidência bem aceita da precedência social, o ócio, ou mais especificamente, o afastamento daquelas tarefas mais ligadas à sobrevivência cotidiana, nada mais seria do que uma forma mais elaborada daqueles primeiros tipos de emulação (Veblen, [1899] 2004c, p. 41).

Como ilustrado pelos exemplos acima, as instituições são o resultado de processos cumulativos da seleção de práticas sociais que redundam em convenções socialmente aceitas. Nessa lógica, o sistema vebleniano pretende demonstrar a possibilidade de “fins múltiplos” para os processos

¹⁶ É interessante citar a passagem na qual Veblen afirmou esta transformação: “O predacionismo não pôde tornar-se o recurso habitual, convencional, de nenhum grupo ou classe até os métodos industriais terem sido desenvolvidos a um determinado grau de eficiência que deixe uma margem pela qual vale a pena engajar-se numa luta.” (Veblen, [1899] 2004, p. 20).

¹⁷ A primeira forma de posse individual, para Veblen, foi a de mulheres cativas. Elas tinham o papel de troféus dos saques bem realizados. Disto à escravidão e, depois, a demonstração dos bens roubados dos inimigos (Veblen, [1899] 2004, p. 23-24).

¹⁸ Veblen, então, notava que dentro desse desenrolar a herança se legitimou e, com o passar do tempo, passou a ser mesmo um tipo de aquisição de riqueza considerada mais nobre.

causais. Mais designadamente, a interação cumulativa entre instintos e instituições, bem como entre os próprios instintos e as próprias instituições pretendem a construção de sequências teóricas causais que demonstrem a possibilidade de uma miríade de resultados não pré-determinados. A ciência pós-darwinista de Veblen, nesse sentido, tem este antiteleologismo como marca essencial.

4. O SISTEMA DE ECONOMIA ANTITELEOLÓGICO DE VEBLEN E A EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA CONSERVADORA-REFORMISTA NOS ESTADOS UNIDOS

O Nascimento da Dicotomia Política Norte- Americana

Os Estados Unidos aparentemente nasceram, como país independente, muito próximos do que haviam sido como colônia: profundamente liberais e localistas. As inclinações iluministas da Declaração da Independência podem ser tomadas como evidências deste fato¹⁹. Este documento foi concebido por Thomas Jefferson (1743-1826), o ideólogo de uma nação igualitária formada por pequenos e médios proprietários rurais, e com pouquíssima intervenção estatal. Entretanto, como ressalta Willy Paul Adams (1996, p. 25), é provável que os traços iluministas do texto de Jefferson tenham sido aceitos bastante em função da necessidade, contextual, de se afirmar contra os valores monárquicos dos britânicos. E exatamente nesse sentido aponta outro documento formativo fundamental do país que surgia. O célebre historiador Charles Beard (1874-1948), na mesma época em que Veblen lançou *TIWO*, avançou a interpretação de que a Constituição Federal, a qual concentrou muitos poderes na esfera federal, representaria, de fato, uma vitória da elite comercial e aristocrática norte-americana sobre os agraristas liberais jeffersonianos²⁰.

Mas, mais do que isso, durante o governo de George Washington (1732-1799), entre 1789 e 1796, teria ocorrido um intenso estreitamento das relações entre as instituições públicas norte-americanas e a elite comercial - predominantemente da Nova Inglaterra e do Meio Atlântico - em detrimento daquela sociedade mais igual e democrática visionada por Thomas Jefferson e seus correligionários. Alexander Hamilton (1755-1804), nomeado Secretário do Tesouro por Washington, foi justamente o paladino desta “aristocratização” da sociedade americana. O historiador Charles Sellers (1985, p. 95), nesta linha, marca com muita clareza as tendências de Hamilton:

Mal assumiu o cargo, Alexander Hamilton tornou-se a figura dominante do governo. Na verdade, ele se considerava o primeiro-ministro de Washington. Ambicioso e polêmico, esse homem queimava com uma visão de grandeza nacional. Convencido de que a liderança vigorosa pelos poucos competentes, especialmente no ramo executivo do governo, era a única maneira de construir uma nação poderosa, desconfiava da natureza humana e temia o que considerava a turbulência e a irresponsabilidade das massas democráticas. *Sagazmente consciente da relação entre poder político e poder econômico, estava resolvido a promover o rápido crescimento econômico do país e a forjar laços políticos e econômicos entre o governo e os ricos e os bem-nascidos*²¹.

¹⁹ Um sinal que corrobora esta afirmação pode ser encontrado logo no início da Declaração da Independência, que afirma como uma “verdade auto-evidente” o fato de todos os homens nascerem iguais.

²⁰ Publicado pela primeira vez em 1913, *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States* é uma das marcas da produção intelectual dos reformistas norte-americanos do início do século XX (Beard, 1963).

²¹ Grifo nosso.

A criação de um banco de alcance nacional, incorporado por capital privado garantido por títulos públicos, o que representaria, na visão dos liberais, a concessão de um monopólio injustificável, assim como o favorecimento aos especuladores no pagamento das dívidas da guerra da independência, os quais haviam comprado com altas taxas de desconto os títulos dos detentores originais – em sua maioria agricultores e militares de baixa patente – e alguns episódios violentos contra agricultores devedores de impostos, fizeram aparecer uma oposição organizada ao governo de Washington. Liderados por Jefferson e James Madison (1751-1836), por volta de 1792 os políticos mais ligados ao oeste que se expandia e aos interesses dos agricultores organizaram o Partido Republicano. Entretanto, a formação desta oposição, e mesmo a eleição de Jefferson para a Casa Branca em 1800, não foram capazes de sobrepor as tonalidades aristocráticas que haviam sido construídas nos primeiros anos de nação independente. O equilíbrio entre o grupo aristocrático centralizador, representado pelo Partido Federalista, e o liberais localistas não foi substancialmente afetado pela eleição do autor da Declaração de Independência (Morison, Commager, 1960, p. 363; Sellers, 1985, p. 102)²². Apenas de maneira gradual os republicanos foram solapando algumas das bases estabelecidas por Hamilton e a elite que o apoiava.

O Partido Federalista se dissolveu durante a década de 1820, tragado pela sua antipatia pelo oeste, parte do país que mais crescia em extensão e população. Dessarte, os historiadores concordam, grosso modo, que a eleição de Andrew Jackson (1767-1845), durante o período que ficou gravado como o da “ascensão do homem comum” (*rise of the common men*), representou uma virada mais significativa comparativamente ao pleito que dera o cargo a Jefferson²³ (Sellers, 1985, p. 138; Blum et al., 1963, p. 218; Morison, Commager, 1960, p. 443; Hofstadter, Miller, Aaron, 1967, p. 269). Todavia, esta vitória eleitoral teria sido muito mais significativa do ponto de vista da consolidação da democracia norte-americana, então capaz de eleger um homem de origem bastante humilde, do que em termos da transformação da orientação geral das políticas públicas em direção a alguma variante do liberalismo jeffersoniano²⁴. Mas, mesmo que a gestão de Jackson não tenha sido radical em termos de reorientação da tendência conservadora observada desde a última década do século XVIII, e quiçá por isso mesmo, é importante registrar que os norte-americanos contrários às tendências centralizadoras e aristocráticas passaram a se identificar como *reformistas*²⁵. Por outro lado, aqueles concordantes com a tendência que estava instalada desde a predominância política de Hamilton durante o governo de Washington, começaram a ser vistos sobre o título de conservadores.

²² Um pivô importante na manutenção das tendências conservadoras norte-americanas foi John Marshall (1755-1835), que foi chefe da Corte Suprema dos Estados Unidos. Nomeado por John Adams (1735-1826), federalista, presidente entre 1787 e 1800, Marshall permaneceu no cargo até sua morte, em 1835. Foi o responsável por algumas decisões tremendamente importantes, tanto no sentido de resolver definitivamente que qualquer questão sobre a Constituição Federal só poderia ser discutida no âmbito da Suprema Corte, como ao iniciar a uma tradição que até hoje é aspecto fundamental do sistema legal dos Estados Unidos, o respeito indubitável ao conteúdo dos contratos particulares.

²³ Jackson foi presidente entre 1829 e 1836.

²⁴ Andrew Jackson nasceu numa família de imigrantes escoceses pobres e não teve educação formal além da militar. Tinha acumulado propriedades no tempo de sua assunção como presidente, mas foi o primeiro norte-americano que não havia nascido em uma família de condições confortáveis a ascender ao maior cargo da república. BLUM et al. (1963, p. 218) escrevem: “Jackson foi, de fato, o primeiro presidente a encarnar uma estória de sucesso norte-americana na sua forma mais romântica: de uma cabana de toras para a Casa Branca.”

²⁵ Como sempre, o discurso e prática dos ocupantes de cargos públicos são notas que destoam em algum grau. No seu discurso de posse Jackson fez questão de assinalar sua tarefa seria a da “reforma” (Jackson, [1829] 2008), mas sua ação, apesar de ter diminuído a influência e os recursos do governo federal em políticas que interessavam mais a algum estado específico, também produziu a *Nullification Crisis*, revolta que poderia ter culminado numa secessão dos estados sulistas, os quais reclamavam uma redução na altíssima tarifa de importação em vigor – conhecida como *tariff of abominations*, de 1828.

A Mudança dos “Meios” entre Conservadores e Reformistas

Se durante os anos de formação do novo país, e também nas primeiras décadas do século XIX, os reformistas foram os defensores do liberalismo, opondo-se às políticas de Hamilton, como a centralização do poder no governo federal e a instalação de um sistema protetivo para as manufaturas nacionais²⁶; a partir de meados do século em que Veblen nasceu e estudou aconteceria uma transformação notável nas posições políticas dos dois grupos.

O capitalismo mudava de forma. Os tempos que na historiografia norte-americana ficaram conhecidos como a *Gilded Age* testemunharam uma afluência nunca antes vista na história mundial²⁷. Assim, junto com este enriquecimento sem precedentes vinha a concentração do capital, o nascimento das grandes corporações e, o que pareceu marcar indelevelmente aquela época, o aumento da desigualdade de renda²⁸.

Em meio a este processo que modificou profundamente a sociedade norte-americana, o essencial para se assinalar aqui, em vista da interpretação da obra de Veblen que se deseja alinhar, é uma palpável inversão de posições entre aqueles reformistas e conservadores que se colocavam dos dois lados da dicotomia política norte-americana.

Mais visivelmente a partir do fim da Guerra Civil (1861-1865), surgiram alguns defensores do novo *status quo* bastante exaltados. Entre os economistas esta tendência mostrou-se muito clara, como afirma a página eletrônica da New School University (2008) sobre a história do pensamento econômico norte-americano:

“Apologistas Americanos” é o único termo que conseguimos cunhar para descrever os economistas e cientistas sociais aqui-conservadores do final do século XIX e início do século XX. Embora anteriormente tenha havido economistas americanos de reputação considerável, tais como Henry C. Carey e Daniel Raymond, uma economia americana propriamente dita, surgiu somente em 1870 com o trabalho de Francis. A. Walker. Ao longo dos próximos quarenta anos, ou quase isso, o cenário americano foi dominado por uma “ortodoxia” que seguiu os passos de Walker. Esta ortodoxia era deveras frouxa no plano teórico, hesitando entre a teoria econômica Clássica e Neoclássica. Foi no trabalho aplicado e na *instância política* que eles se destacaram mais nitidamente²⁹.

²⁶ Não pode ser deixado ao largo o fato de que a proposta da instalação de um sistema protecionista foi a política hamiltoniana que sofreu maior oposição, com as indicações do famoso *Report on Manufactures* não sendo aprovadas pelo Congresso. Aliás, foi justamente essa política, que tornou Hamilton célebre entre alguns economistas favoráveis à proteção da indústria nascente, a única mais significativa a não ser referendada pelo legislativo.

²⁷ *Gilded Age* é um nome que adveio do título de um romance de autoria de Mark Twain e Charles Dudley Warner. Publicado pela primeira vez em 1873, o livro contava uma história que além de ressaltar muitas das práticas e costumes das altas classes da época, tratava da ambição pelo dinheiro de jovens norte-americanos e seu envolvimento com a reconhecidamente corrupta política daqueles idos.

²⁸ Hoje em dia, a imprensa norte-americana chegou a sugerir o advento de uma “nova” *Gilded Age*, justamente fazendo referência ao processo de concentração de renda que se intensificou nos Estados Unidos, novamente, desde a década de 1990 até a recente crise financeira (Uchitelle, 2007).

²⁹ Francis Amasa Walker foi o autor de uma teoria dos salários que procurava combater as lúgubres conclusões ricardianas a respeito da remuneração dos trabalhadores. Ele reflete à perfeição a estratégia apologista de tomar o classicismo britânico e transformá-lo numa economia de cores mais otimistas. Em 1875 *The Wage-Fund Theory* sustentava que o fundo de salários poderia ser aumentado com a diligência dos trabalhadores, que seriam uma parte ativa na determinação do produto total da empresa capitalista. Walker (1887, p. 620) dizia: “A despeito do que possamos falar às classes trabalhadoras, nós não devemos dizer a elas, (...) que o valor máximo de sua remuneração é limitado pelo “fundo de salário”; e que a remuneração de seu trabalho não condiz com seu próprio caráter industrial, com seu o esforço, e com o produto atual da indústria.”

E o que foi peculiar, embora não surpreendente, os conservadores apologistas assumiram a posição liberal em termos econômicos, bandeira que tinha sido sustentada pelos herdeiros de Jefferson, reformistas e mais afins de uma sociedade antiaristocrática. Porém, a mesma página eletrônica segue:

É importante perceber que a maioria dos apologistas americanos *não* faziam o tipo liberal da escola de Manchester, pois a América que estava desaparecendo *já era* o sonho liberal³⁰. (...) Fazendeiros empobrecidos, artesãos arruinados e legiões de imigrantes foram solicitados a desistir de seus sonhos de independência e de possuírem uma propriedade, e a abaixar suas cabeças e aderir sem protestos às fileiras do “exército” industrial sob o comando dos voluntariosos “capitães de indústria” como Vanderbilt, Gould, Carnigie, Mellon, Rockefeller, Guggenheim *et al.* Eles tinham que explicar para a América tradicionalista, ainda muito puritana, como a cobiça desenfreada, as práticas predatórias, as demonstrações de ostentação de fortuna pelos “barões”³¹ ainda poderia ser considerado algo ético (New School University, 2008).

Não se pode deixar de lado o fato de que Veblen teve muito contato com estes economistas apologistas. Os grandes manuais que eram utilizados desde pouco antes da metade do século XIX para ensinar economia política, se não eram os escritos dos próprios fundadores desta tendência apologista, encaixavam-se perfeitamente nela. Segundo seu mais importante biógrafo, Thorstein Veblen teria estudado economia em Carleton, onde fez a graduação, pelo livro de Francis Wayland (1796-1865), um texto que defendia a tradição *laissez-faire* dos clássicos britânicos combinada com uma boa dose de religião puritana e conservadorismo calcado no senso-comum escocês (Dorfman, 1947, p. 23). O professor de economia em Carleton era John Bates Clark (1847-1938). Famoso pelas suas contribuições pontuais à teoria neoclássica, ele foi um dos grandes defensores da teoria da distribuição neoclássica, a qual, defendendo que o retorno para cada fator de produção se dava de acordo com sua contribuição marginal ao produto total, era obviamente encarada como conservadora pelos reformistas de fins do século XIX. E, embora Clark não possa ser colocado univocamente como um apologista aguerrido, seu trabalho, de maneira geral, em especial na sua segunda fase, ajusta-se ao perfil.

Além de Clark, Veblen teve contato mais próximo com dois outros apologistas muito mais exacerbados. James Laughlin (1873-1933), que era o chefe do departamento de economia durante um estágio de pós-doutorado de Veblen em Cornell, foi o professor que o levou para a recém fundada Universidade de Chicago, concedendo-lhe o cargo de editor do *Journal of Political Economy*³². Laughlin era um economista antiquado mesmo pelos padrões dos apologistas. Ele agarrava-se firmemente à filosofia do senso comum escocês e à economia clássica britânica e, é claro, à defesa da benevolência dos capitães da indústria.

³⁰ A afirmação sobre o liberalismo de sonho que já existia pode ser contestada, embora faça parte das crenças mais fundamentais de boa parte dos grupos reformistas americanos da época. E, diga-se de passagem, até mesmo de grupos existentes hoje naquela nação.

³¹ Os comandantes das grandes corporações, fossem elas financeiras ou industriais, ficaram conhecidos durante a *Gilded Age* como “barões ladrões”, em virtude das suas práticas de negócios pouquíssimo comprometidas com algo além do seu próprio interesse.

³² Thorstein Veblen permaneceu como um professor de menor importância, e portanto com uma remuneração mais baixa, em Chicago, entre 1892 e 1904. Foi a universidade na qual ele esteve por mais tempo, pois mesmo com o reitor ultra-conservador William Harper desejando vê-lo fora da Universidade fundada por Rockefeller, Laughlin fazia questão de tê-lo no Departamento de Economia. Segundo este chefe de departamento Veblen era o intelectual norte-americano mais capacitado para dar um curso sobre o socialismo (Jorgensen, Jorgensen, 1999, p. 34).

Muito mais inovador foi um dos professores de Veblen durante seu doutorado em Yale, e provavelmente quem o influenciou bastante no sentido de estudar o darwinismo. William Graham Sumner (1840-1910) era a versão nacional do escritor preferido das classes norte-americanas mais abastadas, o inglês Herbert Spencer (1820-1903)³³. Eles eram parte da tradição que o conhecido historiador Richard Hofstadter (1992) chamou de darwinismo social. Defendiam a desigualdade social não só como algo justo, mas como um resultado que acompanhava a melhoria da espécie humana. Sumner tinha toda a educação formal que seu par inglês não possuía, no entanto, mantinha a mesma retórica exortatória. Aliás, isso era algo comum entre os apologistas. Em nome da contextualização, vale citar trechos dos textos de Laughlin e de Sumner. Observe-se, então, o trecho de *Workingmen's Grievances*, de autoria do primeiro, escrito em 1884:

É uma impossibilidade física para Jay Gould ou Mr. Vanderbilt consumir todo seu rendimento; na verdade, apenas uma pequena parte é exaurida através de consumo pessoal. Seja lá o que estiver sendo consumido em comida, vinho, casas gigantescas, tapetes caros, pianos, carruagens e vestimenta, tal consumo constitui evidência de que existe um capital com maquinaria necessária para empregar o trabalho que pode produzir estas coisas. A lama respingada das rodas da carruagem do milionário pode despertar minha raiva e inveja, mas por outro lado, estando eu a procura de emprego, isso significa que em algum lugar devem existir fábricas para a manufatura de carruagens e arreios, e que lá deve existir o capital para empregar o trabalho (Laughlin, 1884, p. 512-513).

O livro mais famoso de Sumner intitula-se *What Social Classes Owe to Each Other*, trazido a público em 1883, e continha clamores como:

Sob o nome de pobres e fracos, os negligentes, ineptos, ineficientes, tolos e imprudentes são impostos aos industriais e prudentes como uma responsabilidade e um dever. (...)

Os humanitários, filantropos e *reformadores*³⁴, encarando os fatos da vida como eles se apresentam, encontram muito de triste e inauspicioso na condição de numerosos membros da sociedade. Vêm riqueza e pobreza lado a lado. Observam grande desigualdade de posição social e oportunidades sociais. (...) Em sua impaciência por recomendar piedade e consideração pelas classes menos afortunadas, esquecem-se de tudo sobre os direitos de outras classes; ignoram todos os defeitos das classes em questão e exageram seus infortúnios e suas virtudes. (...) Quando eu li algumas discussões pensei que era muito desabonador ser respeitável, muito desonesto possuir propriedade, muito injusto seguir seu próprio caminho e ganhar a sua própria vida, e que a única pessoa realmente admirável era o vadio. O homem que por seu próprio esforço se ergue acima da pobreza parece, nessas discussões, não ter o menor valor. O homem que nada fez para erguer-se acima da pobreza descobre que os médicos sociais aglomeram-se à sua volta, levando o capital que coletaram das outras classes e prometendo-lhe o auxílio do Estado para dar-lhe aquilo pelo qual os outros trabalharam. (...)

³³ John Kenneth Galbraith (1982, p. 40), com a típica ironia que destilava como escritor, descreve assim a recepção à Spencer na sua visita aos Estados Unidos: “Assim como Jesus finalmente veio a Jerusalém, Herbert Spencer finalmente veio à América. A recepção em ambos os casos foi mais ou menos a mesma. (...) sua visita à América foi o triunfo que qualquer observador esperaria registrar. Em toda parte foi ele acolhido e reverenciado por homens que viam, em sua própria seleção como ricos, a melhor prova de que a raça humana estava sendo melhorada.”

³⁴ Grifo nosso.

Aqui basta observar que, de acordo com as teorias dos filósofos sociais a que me referi, obteremos uma nova máxima de viver judiciosamente: pobreza é a melhor política. Se alguém fica rico, tem que sustentar outras pessoas; se não fica rico, é dever de outras pessoas sustentá-lo (Sumner, [1883] 1972, p. 229).

Nesse cenário, no qual a afluência desigual da sociedade norte-americana “forçava uma imensa cunha, não debaixo, mas no meio da sociedade”, como dizia um dos mais famosos autores reformistas de fins do século XIX, Henry George (1839-1897) (apud Edwards 2006, p. 9), era até mesmo natural que os conservadores se apropriassem do liberalismo. Os reformadores, por seu turno, precisaram recorrer ao estado, ao governo que deveria conter o crescimento de determinados poderes privados particulares, os quais haviam se tornado grandes demais.

O já citado Richard Hofstadter é, talvez, o maior intérprete dos tempos de Veblen. Sua clássica leitura aponta que os americanos comuns, ou melhor, a classe média, impressionou-se bastante com o fato de estar efetivamente cada vez mais subordinada aos interesses de um grupo pequeno de concidadãos. O poder que tinha se afastado das pequenas comunidades na época da centralização dos primeiros anos do país independente, agora se tornava impessoal, na medida em que as grandes corporações eram bem mais distantes do que os federalistas, que poderiam ser destituídos com base no voto (Hofstadter, 1955, *passim*). Assim sendo, neste texto, o fundamental não é, como afirmou Hofstadter, que os reformistas quisessem restaurar uma harmonia jeffersoniana que apenas supostamente teria existido na época dos *founding fathers*. Robert Wiebe (1991), outro grande analista da virada do século XIX para o XX nos Estados Unidos, se contrapõe a esta interpretação dizendo que os reformistas estavam conscientes de que se o tal passado jeffersoniano existiu ou não, ele não era mais uma alternativa factível. Mas, seja apontando para um pretense passado de concorrência capitalista mais harmoniosa, ou sonhando com um novo futuro no qual poder-se-ia mitigar a tremenda desigualdade que se anunciava e realizava, o estado estava convocado a ajudar, ou a ser utilizado como meio pelos anticonservadores, pelos críticos de uma visível e crescente aristocratização dos Estados Unidos. Hofstadter (1955, p. 233) comenta:

Deste modo, de uma forma mais relutante do que entusiasmada, o americano médio agora tendia cada vez mais a confiar na regulação do governo, assim como a procurar na ação governamental um contraponto ao poder das empresas privadas. Ressentido com as incursões dos negócios em sua sensibilidade moral e valores individuais, ele começou a apoiar a organização governamental e a aceitá-la mais prontamente do que estaria disposto antes da idéia de que o alcance do governo deveria ser estendido.

Nessa direção, Richard Ely (1854-1943), um contemporâneo de Veblen e reformista, economista que teve o papel mais importante na fundação da *American Economic Association*, que no começo era uma organização bastante iconoclasta, considerava sobre esta transformação:

O tempo presente é daqueles no qual a evolução da sociedade está ocorrendo mais velozmente do que o costume, e é evidente que nós precisamos de uma economia política positiva e construtiva, exigência que a antiga economia política não conhece. Deixe o leitor considerar por um momento a época na qual seus grandes mestres, Quesnay, Turgot e Adam Smith,

viveram. Foi na última metade do século dezoito, quando o progresso da indústria foi retardado por uma porção de instituições antigas, válidas em seu tempo, sem dúvida, mas que se tornaram antiquadas. O clamor dos homens que pertenciam a esse tempo era, “Removam as barreiras! Limpem o caminho para novas reformas sociais!”. O trabalho que os grandes economistas defenderam durante este período foi particularmente negativo e destrutivo. Não deve nos surpreender o fato de que quando recorremos aos nossos antigos livros de economia política a procurar por conselhos referentes à medidas práticas, a principal lição que aprendemos é “NÃO FAÇA”. O lema de nossa época, é, no entanto, declaradamente “FAÇA” (Ely, 1887, p. .117).

O Sistema de Economia de Thorstein Veblen e a Inversão dos “Meios” de Conservadores e Reformistas

A obra de Thorstein Veblen categoricamente não é uma obra na qual sobressaem propostas normativas de política econômica ou social. Entretanto, sem dúvida ele deve ser visto como participante dos movimentos reformistas de início do século, pois logo após o fim dos conflitos da primeira guerra mundial ele alcançou, inclusive, uma significativa fama nesse sentido (Jorgensen, Jorgensen, 1999, p. 157). Neste tempo ele estava em Nova Iorque, como um dos articulistas mais influentes da revista *The Dial*, uma publicação bastante comprometida com o reformismo. Veblen também, supostamente, chegou a participar de um movimento tecnocrático organizado nos anos de Nova Iorque, todavia não se pode dizer que isso tenha marcado sua trajetória intelectual (Dorfman, 1947, p. 510-511). Uma coletânea de textos com o nome de *The Engineers and the Price System*, que reúne artigos de Veblen do imediato pós-guerra, é o único ponto da obra vebleniana onde sobressai algum tom mais inclinado às proposições de políticas econômicas e sociais. E, mais especificamente, é somente no último artigo, *A Memorandum on a Practicable Soviet of Technicians* que se pode vislumbrar as indicações de Veblen no sentido da instalação de uma tecnocracia (Veblen, [1919] 2004e). Ainda, este texto foi escrito num tom de demonstrar quais eram as condições necessárias para a instalação de um “soviet de técnicos”, as quais, até mesmo foram tratadas como inexistentes naquele momento (Veblen, [1919] 2004e, p. 169).

Como o objetivo da análise aqui apresentada é dar um sentido mais geral à obra de Thorstein Veblen, relacionando-a ao cenário da passagem do século XIX para o XX, interessa considerar o fundador do institucionalismo no que se identifica como o traço mais essencial e geral de seu trabalho, a saber:

Os fins múltiplos e não pré-determinados são a característica mais forte do sistema social. Por isso a ciência econômica deve reconstruir-se sobre pressupostos que permitam e, mais do que isso, engendrem análises não teleológicas.

Dessa conclusão inicial, e com o argumento defendido na introdução do texto com base no PFSC, é factível sugerir como uma interpretação da obra vebleniana o seguinte:

O sistema de economia política de Veblen, servindo-se do darwinismo e das idéias sobre instintos em voga à época, reflete, em sua estrutura não teleológica, uma visão acerca da mudança de “meios” dos reformistas norte-americanos ao longo da história da dicotomia política nos Estados Unidos.

O fato de o sistema teórico vebleniano pretender, sempre, reforçar uma intenção antiteleológica, inserindo meios que se transformam em fins e, procurando complexificar as relações entre suas principais categorias de modo a ressaltar as sequências causais como “abertas” a fins múltiplos, cogita muito acerca de um certo “desencantamento” dos reformistas com seus “meios” do passado liberal. No sentido que se quer imputar aqui para a economia vebleniana, é preciso entender que a virada ocorrida a partir de meados do século XIX, com as duas principais correntes políticas do país apropriando-se dos argumentos uma da outra, impressiona o pensamento de Thorstein Veblen de maneira marcante, tornando-se mesmo uma provável base causal para a construção do institucionalismo norte-americano na vertente fundada pelo autor de *A Teoria da Classe Ociosa*.

5. CONCLUSÃO

Se as imagens criadas pela literatura são capazes de traduzir muito do seu tempo em razão de, inultrapassavelmente, abalarem-se com os contextos que as cercam, a economia, mesmo levando em consideração as clivagens radicais entre ciência e arte, da mesma forma não consegue manter-se como uma dimensão puramente objetiva e inafetada pelo imaginário social do seu entorno. Bem assim é que o trabalho de Thorstein Veblen pode ser encarado como um alerta, através de um pensamento econômico coerente, como se quis demonstrar, sobre os perigos de sistemas que prevêm fins determinados, sejam eles rompimentos radicais na direção da solução de todos os problemas sociais da humanidade, sejam inevitabilidades benevolentes, resultados da manutenção de um *status quo* que se mostrava cada vez mais distante do cumprimento do bem-estar da comunidade como um todo. Foi nos Estados Unidos que isso apareceu, porque foi naquele país, supostamente fundado sobre a liberdade como fundamento da vida econômica e social, que o longo século XIX decepcionou as mais profundas esperanças neste sentido. Finalmente, se um ensaio como esse pode ter pretensão maior do que a contribuição para um capítulo da história do pensamento econômico, ela deve ser o incentivo ao reconhecimento da procedência dos sistemas de economia a partir das realidades sociais que cercaram seu aparecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, W. P. *Los Estados Unidos de America*. 22ª Edição. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- ADZROONI, L. *A List of Book Reviews Written for 'The Journal of Political Economy' by Thorstein Veblen*. In: VEBLEN, T. *Essays in Our Changing Order*. The collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004.
- BEARD, C. *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States*. New York: The Free Press, 1963.
- BLOOR, D. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BLUM, J. M. et al. *The National Experience*. New York: Hartcourt, Brace and World, 1963.
- DAUGERT, S. *The Philosophy of Thorstein Veblen*. New York: King's Crown Press, 1950.
- DIGGINS, J. P. *Thorstein Veblen: the theorist of the leisure class*. New Jersey: Princeton, 1999.
- DORFMAN, J. *Thorstein Veblen and his America*. New York: The Viking Press, 1947.
- EDWARDS, R. *New Spirits: Americans in the Gilded Age*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ELY, R. T. Political Economy in America. *North American Review*. Vol. 144, n. 363, 1887.
- FITZGERALD, F. S. *O Grande Gatsby*. Trechos. Disponível em: <http://vestibular.uol.com.br/ultnot/livrosresumos/ult2755u67.jhtm>. Acesso em: 12 fev. 2007.
- GALBRAITH, J. K. *A Era da Incerteza*. 3ª Edição revisada. São Paulo: 1982.
- HODGSON, G. *The Evolution of Institutional Economics: agency, structure and Darwinism in American institutionalism*. London: Routledge, 2004.
- HOFSTADTER, R. *The Age of Reform*. Nova York: Vintage Books, 1955.
- _____. *Social Darwinism in American Thought*. Boston: Beacon Press, 1992.
- HOFSTADTER, R. MILLER, W. AARON, D. *The United States: the history of a republic*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.
- JACKSON, A. *First Inaugural Address*. Disponível em: <http://www.teachingamericanhistory.org/library/index.asp?document=65>. Acesso em: 14 mar 2008.
- JORGENSEN, E. W. JORGENSEN, H. I. *Thorstein Veblen: Victorian Firebrand*. M. E. Sharpe: Arkmond, 1999.
- LAUGHLIN, J. L. Workingmen's Grievances. *North American Review*. vol. 138, n. 330. 1884.
- MORISON, S. E. H. S. COMMAGER. *História dos Estados Unidos da America*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- NEW SCHOOL UNIVERSITY. *History of Economic Thought Website*. Disponível em: <http://cepa.newschool.edu/het/>. Acesso em: 2007 e 2008.
- SELLERS, C. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- SHAPIN, S. SCHAFFER, S. *Leviathan and the Air Pump. Hobbes, Boyle and the experimental life.* Princeton: Princeton University Press, 1985.
- SUMNER, W. G. O que as Classes Sociais devem umas às Outras. In: SIGLER, J. A. *A Tradição Conservadora no Pensamento Norte-Americano: antologia selecionada e organizada.* São Paulo: IBRASA, 1972.
- TILMAN, R. *Thorstein Veblen and the Enrichment of Evolutionary Naturalism.* Columbia: University of Missouri Press, 2007.
- UCHITELLE, L. The Richest of the Rich, Proud of a New Gilded Age. *The New York Times.* Disponível em: <http://www.nytimes.com/2007/07/15/business/15gilded.html>. Acesso em: 23/11/2007.
- VEBLEN, T. *The Place of Science in Modern Civilisation and Other Essays.* The collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004a.
- _____. *Essays in Our Changing Order.* The collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004d.
- _____. *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts.* The collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004b.
- _____. *The Theory of the Leisure Class.* The collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004c.
- _____. *The Vested Interests and the Common Men. The Engineers and the Price System.* The collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004e.
- WIEBE, R. H. *The Search for Order: 1877-1920.* Nova York: Hill & Young, 1991.